



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 28 de Novembro de 2024 | Ano V, n.º 339 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

CONTINUA CRISE DE DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Forças de segurança matam três pessoas e ferem dezenas, incluindo uma jovem propositadamente atropelada por um blindado do exército



Cidadãos de Maputo, Matola, no sul de Moçambique, Nampula, no Norte, e Chimoio, a capital de Manica, no centro do país, voltaram a sair às ruas ontem, quarta-feira, 27 de Novembro, em protestos pacíficos contra os resultados eleitorais. Mantendo o mesmo padrão de violência e repressão, as forças de segurança partiram para cima dos manifestantes, disparando gás lacrimogénio, balas de borracha e balas verdadeiras contra o povo, prolongando, assim, a crise que é política,

mas também de direitos humanos, que se arrasta desde 21 de Outubro.

Da actuação brutal das forças de segurança, destaca-se o assassinato de três pessoas em Nampula e o atropelamento intencional de uma jovem na Avenida Eduardo Mondlane, uma das principais da capital, Maputo, por um blindado das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Há dezenas de feridos, entre graves e ligeiros, principalmente em Maputo e Nampula.

Três pessoas assassinadas em Nampula

Em Nampula, a província mais populosa do país, a situação é caótica. Três jovens foram assassinados a sangue-frio, pela Polícia da República de Moçambique (PRM), na zona da faina, no mercado Waresta. Segun-

do os nossos colegas naquela província, os jovens, desarmados e sem representar qualquer tipo de ameaça, foram alvejados em circunstâncias que só podem ser descritas como execuções sumárias e hediondas.



Três jovens foram assassinados a sangue-frio, pela Polícia da República de Moçambique (PRM), na zona da faina, no mercado Waresta





Jovem atropelada por blindado do Exército

Na cidade de Maputo, a capital, uma jovem foi atropelada por um blindado do Exército durante manifestações pacíficas, em plena Avenida Eduardo Mondlane. Trata-se de Maria Matisse, de 29 anos de idade.

Ainda em Maputo, Ali Pinto Hamisse, de 35 anos de idade, foi baleado no olho e nas costas, na Avenida Eduardo Mondlane. Ali Pinto Hamisse não estava nas manifestações.

Polícia atira gás lacrimogéneo em residências

À semelhança do que aconteceu no passado, a Unidade de Intervenção Rápida (UIR) continua a disparar granadas de gás lacrimogénio para as residências, afectando pessoas que não estão nas manifestações.



Continuam a circular agentes descaracterizados

O Governo continua a usar agentes que se supõe que sejam do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC). Os referidos indivíduos circulam em viaturas descaracterizadas e empunhando armas de fogo para disparar contra manifestantes. Ontem, uma viatura de marca Toyota, modelo Allion, foi vista a circular na Avenida Eduardo Mondlane, transportando indivíduos fortemente armados para reprimir as manifestações.

A acção da Polícia prolonga a crise de direitos humanos em Moçambique. Desde o início dos protestos convocados pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane contra os resultados eleitorais, a Polícia já matou mais de 60 pessoas, feriu mais de mil e promoveu mais de 4000 detenções arbitrárias. A crise de direitos humanos manifesta-se também através do bloqueio da internet, um fenómeno que se verificou durante a segunda e terceira fases das manifestações, e ameaças do direito de ir e vir. Neste momento, o país vive a terceira fase da quarta etapa das manifestações.

O uso desproporcional da força, que culmina em mortes e ferimentos graves, viola directamente a Constituição da República, que garante o direito à vida e à integridade física.

Além disso, tais acções (da Polícia) configuram uma violação flagrante das normas internacionais de Direitos Humanos, das quais Moçambique é signatário. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que ninguém deve ser privado da vida arbitrariamente, um princípio que indubitavelmente foi completamente ignorado pela PRM na sua conduta recente.

A brutalidade da PRM denuncia o fracasso do Estado moçambicano em implementar medidas que garantam a responsabilização dos seus agentes. As vidas perdidas são uma demonstração de divórcio das obrigações do Estado moçambicano em relação ao povo e uma das principais vítimas deste divórcio são os Direitos Humanos.

O CDD, dentro do seu escopo, exorta a sociedade civil, os Defensores dos Direitos Humanos e a comunidade internacional a redobrem os seus esforços para exigir que o governo moçambicano tome medidas concretas e imediatas. As forças de segurança, com destaque para a PRM, não podem continuar a agir como uma entidade acima da lei, e os responsáveis por esses actos bárbaros, ainda que sejam os ditos portadores de ordens superiores, devem ser levados à justiça.





Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

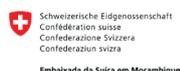
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

